

Volume

31/1

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Acervos: Diferentes suportes de memória

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinícius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

*Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos
Educacionais*

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista - Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**Comissão Editorial:**

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janet Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

*Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -
Marília)*

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

*Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha
(UNICAMP)*

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

*Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal
de Uberlândia)*

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

*Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)*

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)

*Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de
Coimbra)*

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

*Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade
de Évora)*

*Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade
do Minho)*

*Profa. Dra. Maria Silvia Di Liscia (Universidad Nacional
de La Pampa – AR)*

*Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

*Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de
Buenos Aires).*

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de
História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill
(NDH-UFPEL) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso
(Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural
Santa Casa Porto Alegre)*

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do
NDH-UFPEL. Fonte: Núcleo de Documentação
Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner*

*Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva
(FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS);
Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira
(UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia
Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do*

Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Leticia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maira Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo-RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

Catálogo – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/1
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral
e-ISSN: 2596-2876
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907

A IMPRENSA ESTUDANTIL NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: O CASO DO JORNAL MOBRL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

THE STUDENT PRESS DURING THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: THE CASE OF JORNAL MOBRL AT UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

Museóloga, Doutora em Educação e Professora do Curso de Museologia (FABICO), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) e Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vice Líder do Sépia - Preservação, Memórias e Acervos (UFRGS/CNPq). Orienta e desenvolve pesquisas e projetos de extensão nas seguintes temáticas: Expografia e Expologia, Curadoria, Acervos de Arte e Loucura, Conservação Preventiva de documentos em suporte de papel e Comunicação Museológica.

E-mail: vanessa.barrozo@ufrgs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3428-7428>

Klara Maciel Albarenque

Graduanda do Curso de Museologia (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Grupo Sépia - Preservação, Memórias e Acervos (UFRGS/CNPq).

E-mail: klara22alba@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta o impacto da ditadura civil-militar no ensino superior brasileiro, com enfoque no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir desse recorte temporal e espacial, foram destacadas as reivindicações, manifestações e denúncias da comunidade discente, por meio da imprensa estudantil da época, com foco na análise do Jornal Mobral (1973) vinculado ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (DAFA), evidenciando a relevância desse tipo de documentação como elemento significativo na construção de uma memória coletiva e institucional que contempla diferentes pontos de vista. Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo que buscou destacar o papel da imprensa estudantil no âmbito da universidade, um espaço que foi fortemente cerceado pela conjuntura da ditadura civil-militar e que perseguiu, censurou, silenciou e traumatizou diversas gerações. Por fim, o artigo aponta perspectivas de preservação dessa documentação singular para a história da UFRGS e fomenta a problematização e a publicação desses acervos que ainda são um tanto quanto desconhecidos pela sociedade e que são importantes indícios para ressignificar a história da educação brasileira.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira. Imprensa Estudantil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Objeto-Testemunho. Jornal Mobral

Abstract: This article presents the impact of the civil-military dictatorship on Brazilian higher education, focusing on the context of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Based on this temporal and spatial context, the demands, demonstrations, and complaints of the student community were highlighted through the student press of the time, focusing on the analysis of the Mobral (1973) linked to the Academic Directory of the Faculty of Architecture and Urbanism (DAFA), highlighting the relevance of this type of documentation as a significant element in the construction of a collective and institutional memory that encompasses different points of view. This is an



exploratory qualitative research that sought to highlight the role of the student press within the university, a space that was strongly curtailed by the civil-military dictatorship and that persecuted, censored, silenced, and traumatized several generations. Finally, the article points to perspectives for the preservation of this unique documentation for the history of UFRGS and encourages the problematization and publicizing of these collections, which are still somewhat unknown to society and are important clues for reinterpreting the history of Brazilian education.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship. Student Press. Federal University of Rio Grande do Sul. Object-Testimony. Mobreal Newspaper.

A Ditadura civil-militar na UFRGS

O golpe civil-militar ocorrido em 1964 marcou para sempre a história da sociedade brasileira, assim como, a história da educação superior do país, a partir da instituição de instrumentos que legitimavam a perseguição sistemática e político-ideológica em todos os setores da sociedade brasileira. Diante disso, as universidades foram submetidas a instrumentos repressivos que investigavam atos subversivos por parte de professores, técnicos e estudantes, dentro das universidades públicas (Cerutti, 2010), como o caso da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS).

Integrada por professores da própria universidade, com um representante de cada unidade de ensino, — juntamente com o assessor militar Gal. Jorge César Garrastazu Teixeira, do III Exército, e assessorada por subcomissões responsáveis por auxiliar o processo de denúncia e perseguição (Mansan, 2009) —, a comunidade acadêmica passou a viver em um clima de medo e desconfiança, o que prejudicou, deste modo, a autonomia estudantil transformando espaços de escuta e debate em ambientes silenciosos.

Para além da CEIS, novas estratégias foram adotadas pelo regime, de forma a transformar significativamente o ensino superior brasileiro, com destaque para o acordo MEC-USAID¹, a implementação do sistema departamental — que fragmentava os cursos em departamentos, encerrando o sistema de cátedras e dificultando a organização coletiva — e a implementação do Ato Institucional nº 5 (AI 5)² — que suspendia todas as garantias constitucionais e individuais —, juntamente com o Decreto

¹ Foi um acordo que visava a reforma do ensino brasileiro baseado no modelo de ensino dos Estados Unidos, sendo realizado, deste modo, um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID).

² O AI 5 é considerado o ato institucional mais repressivo da ditadura, o qual suspendia os direitos e garantias individuais, assim como, extinguiu o habeas corpus e fechou o Congresso Nacional.



Lei 477/69 que estendeu os efeitos do Ato Institucional nº 5 (AI 5) nas universidades públicas de forma a punir “atos subversivos” nesses espaços.

Cabe salientar que tais reformas e decretos buscavam, sobretudo, controlar a produção narrativa e intelectual dentro das universidades. No caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o processo não foi diferente, de forma que diretórios acadêmicos tiveram sua atuação encerrada, como o caso do Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais (DAECA), que em 1973, teve sua sede fechada e lacrada pela reitoria da Universidade e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (UFRGS, O DAECA, 2025). Também cabe destacar o caso do Diretório Acadêmico Independente Unificado (DAIU), — responsável pelos cursos de Filosofia, Letras, História e Ciências Sociais — que passou a atuar em centros acadêmicos independentes após sua extinção em 1982 (Borges; Castro, 2023).

Para além do fechamento e extinção de espaços estudantis, professores foram submetidos a inquéritos, sendo posteriormente expurgados, sem quaisquer informações oficiais sobre o resultado das investigações, descobrindo o desligamento através dos jornais (Chala, Jornal da Universidade, 2008). Ao total 17 professores foram exonerados, afastados ou aposentados, em 1964, e mais 20 professores passaram pelo mesmo processo em 1969 (Chala, Jornal da Universidade, 2008). No que diz respeito aos estudantes, muitos foram expulsos, tendo por vezes, uma diretoria estudantil inteira afastada:

A repressão arruinou a carreira de alguns estudantes. Já os professores expurgados, de uma forma ou outra, se recuperaram e vários puderam voltar à Universidade. Os alunos, porém, tiveram perdas irreparáveis, até porque não possuíam estrutura para lidar com a perseguição (Chala, Jornal da Universidade, 2008, p. 8).

Nesse contexto, a comunidade estudantil da UFRGS se mobilizou ativamente contra a ditadura civil-militar, de forma a se reorganizar em centros e diretórios acadêmicos para que fosse possível articular atos de resistência contra a ditadura. Através destes coletivos foram organizadas manifestações, ocupações, e especialmente produções de panfletos e periódicos que desafiavam o governo da época (Figura 1).

A imprensa estudantil na ditadura civil-militar brasileira: o caso do Jornal MOBREAL na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Figura 1. Movimento Estudantil em passeata no Centro de Porto Alegre (1968)



Fonte. Acervo Museu da UFRGS.

Nesse cenário, a imprensa estudantil, surge, portanto, como uma estratégia de denúncia, reivindicação, união e sobretudo, de produção e circulação de ideias críticas. Cabe destacar, que o Decreto Lei 477/69 foi um dos principais instrumentos de repressão e punição contra os estudantes e a imprensa estudantil da época. Desta forma foi realizado o fechamento de diversos jornais que funcionavam dentro da universidade (Figura 2), de modo a sabotar e censurar a atuação e o pensamento estudantil.

381

Figura 2. Periódico Estudantil do Diretório Central dos Estudantes (DCE)



Fonte. Acervo do Museu da UFRGS.



Contudo, apesar de sua relevância social e histórica, a imprensa estudantil segue ainda pouco explorada como fonte documental para a história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da educação superior brasileira. Neste sentido, o presente artigo aborda um recorte da monografia produzida junto ao Curso de Museologia/UFRGS, que se debruçou a investigar a imprensa estudantil produzida na universidade durante a ditadura civil-militar. A pesquisa também buscou problematizar e compreender as contribuições dos periódicos estudantis na construção de um movimento político protagonizado por estudantes, analisando sua relevância enquanto documento testemunho da história da universidade e da educação superior.

A partir disso, o presente artigo, se propõe a discutir o processo de construção e circulação desses periódicos, compreendidos aqui como um *corpus* documental significativo para a História da Educação e para a Museologia. Além de analisar o periódico *Mobral* - Edição de 1973, de forma a compreender quais eram as reivindicações, denúncias e mobilizações do Movimento Estudantil (ME) da UFRGS naquele período. Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza bibliográfica e de cunho qualitativo, que analisa um contexto específico a partir de um significativo documento histórico, o jornal MOBRAL - 1973.

Por fim, o artigo busca evidenciar a potência da imprensa estudantil como patrimônio capaz de testemunhar a resistência acadêmica e as transformações na educação superior durante a ditadura civil-militar brasileira. Nesse sentido, a pesquisa visa contribuir para o reconhecimento desses periódicos como elementos centrais na construção de histórias e memórias vinculadas à universidade.

A imprensa estudantil na UFRGS no contexto ditatorial

A imprensa estudantil, sendo parte de uma imprensa alternativa, tinha suas próprias pautas, identidade visual, meios de produção e distribuição. Compreendidos como a geração panfletária (Bortot; Guimarães, 2008), marcando parte da década de 1970 e 1980, os impressos estudantis fizeram parte de um período histórico onde a escrita e a produção eram protagonizadas por estudantes.

Sendo considerados produtos de uma cultura universitária, a imprensa estudantil possibilita uma aproximação com parte da História da Educação que pouco foi explorada (Cunha, 2015), trazendo, desta forma, uma visão e uma linguagem adotada por um grupo que foi diretamente afetado pelas mudanças sociais e políticas no campo da educação. Produzidos nos diretórios e centros acadêmicos, os impressos eram executados de forma artesanal pelos próprios estudantes, de modo, que muitos eram os agentes sociais que desenvolviam e levantavam os temas e discursos pelos quais eram mais impactados enquanto estudantes.

Os principais centros e diretórios que se destacaram nesse movimento de denúncia ao regime na UFRGS foram: O Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais (DAECA), Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (DAFA) e





principalmente o Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados (DAIU) — antigo Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt (CAFDR). Nesses espaços, era realizado um sistema de produção específico e especializado, onde os estudantes se organizavam de forma a realizar suas reproduções a partir de uma matriz, escrita, ilustrada, editada e aprovada por eles. Cabia a eles o processo de transformar suas matérias em jornal, realizando, deste modo, o processo manual de confeccioná-los, e de distribuir e divulgar as publicações.

Os periódicos produzidos eram feitos um a um. Dinah Lemos recorda da máquina de impressão do CEUE que fazia as reproduções com base em matrizes. No processo havia percalços: algumas cópias saíam tortas, com as folhas amassadas, às vezes impressas de apenas um lado. Isto obrigava o recomeço desta espécie de manufatura. Realizadas as impressões de modo correto, cabia aos estudantes organizá-las e grampeá-las para adaptá-las ao formato de jornal. Esta etapa, em não raras vezes, ocorria em suas casas, transformadas em filiais deste sistema de produção (Castro, 2018, p.133).

Contudo, o processo de distribuição e circulação desses materiais entre os estudantes da UFRGS, de forma a chegar nas entidades estudantis, assembleias, nas filas do Restaurante Universitário e no ciclo básico³, exigia uma certa complexidade e um risco, dado que tal atividade era ilegal, fazendo com que os estudantes tivessem de fugir e se esconder com certa frequência, necessitando desta forma, uma maior união entre a comunidade acadêmica para que se protegessem enquanto lutavam por causas comuns. Caso este que ocorreu com Renato Oliveira, ex-estudante do curso de Ciências Sociais da UFRGS.

[...] Certa vez, durante a divulgação dos jornais, a polícia levou cativos os discentes envolvidos nessa atividade. Na ocasião ele precisou se esconder para evitar a sua prisão, visto que, como era presidente do DCE na época, era uma figura conhecida por sua militância. Ficou, então, alguns dias no apartamento de um casal de colegas até que fosse assegurado seu retorno à Universidade (Castro, 2018, p.134).

Embora a produção e divulgação desses impressos expusessem a comunidade estudantil a riscos constantes, dado o nível de violência da época, muitos foram os periódicos produzidos pelos estudantes da UFRGS durante a ditadura civil-militar, contudo, poucos foram preservados em espaços de memória, assim como, por instituições educacionais.

Aqueles poucos preservados em acervos institucionais da UFRGS são: O jornal O Coruja – Edição de março de 1967, Universitário – Edição de novembro de 1972 e de 1973, sendo esta uma edição especial para calouros, e o Jornal do DCE – Edição de fevereiro e março de 1980, localizados no Museu da UFRGS, para pesquisa ou consulta local. E os periódicos O Grude, Boletim do DCE e Jornal do CEUE - Edições de 1982

³ O Ciclo Básico correspondia aos semestres iniciais dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), período em que os estudantes cursavam disciplinas de formação geral, compartilhadas por diferentes áreas, antes de avançarem para os conteúdos específicos da graduação escolhida.





e Olhai os (De)lirios do Campus - Edição de 1981, no Arquivo Institucional da Faculdade de Educação/UFRGS para pesquisa ou consulta local.

Ademais, foram localizados, também, sobre a posse do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS (DAFA), os seguintes jornais: Jornal Mobral – Edição no 1, Ano 2 (1973), o Jornal O grampo – Edição no 1 e o Jornal Arquitetura e Crítica – Edição no 2 de 1978/1979.

Ainda que esses periódicos tenham sido preservados em diferentes acervos institucionais, sua quantidade é diminuta se comparada à produção efetiva do período. Esse descompasso aponta para um duplo movimento de apagamento: de um lado, a repressão que visava silenciar o movimento estudantil; de outro, a negligência historiográfica que relegou esses impressos a um papel secundário na história da educação (Almeida; Bastos, 2021).

Ainda que esses periódicos tenham sido preservados, ou no caso do DAFA apenas guardados sem qualquer tratamento técnico de salvaguarda, sua quantidade é mínima se comparada ao nível de produção da época. Nesse sentido, é significativo observar e compreender com base nesses vestígios, indícios, sinais (Ginzburg, 2012) a relevância da imprensa estudantil como fonte histórica. Enquanto “patrimônios da cultura material da universidade, relíquias conectadas a uma sensibilidade nostálgica” (Cunha, 2015, p.15), estão carregados de uma potência museal significativa, já que passam pelo processo de deslocamento de sua função inicial, enquanto instrumentos de comunicação, assumindo o papel testemunhal das dinâmicas sociais e políticas de seu tempo. Nesse sentido, mesmo com uma documentação limitada, acessando “o que restou”, nos respaldamos nas perspectivas do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg para conseguir compreender esse elemento da cultura material escolar, compreendendo que “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la (Ginzburg, 2012, p. 177).

Ademais, a imprensa estudantil carrega, para além deste sentido, traços de práticas que constituem uma cultura própria, expressa através de uma visão e entendimento de mundo muito particular (Cunha, 2007), dado que, “é difícil encontrar um outro *corpus* documental que traduza com tanta riqueza os debates, anseios, desilusões e utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos” (Catani; Bastos, 1997, p.30). Logo, trata-se de um *corpus* documental único, que possibilita, acessar um período específico da educação superior e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul marcado por apagamentos e lacunas históricas que podem ser acessadas a partir da compreensão desses registros.

O jornal MOBREAL (1973)

Para identificar e compreender as pautas de parte da comunidade acadêmica sobre os problemas enfrentados na universidade durante a ditadura civil-militar iremos analisar nesta seção o periódico Jornal Mobral – Edição nº 1, Ano 2 (1973), produzido



pelo Ciclo Básico da UFRGS e localizado junto ao acervo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (DAFA) no ano de 2023⁴ (Figura 3).

Figura 3. Jornal Mobral - Periódico produzido pelos estudantes do ciclo básico (1973)



Acervo. DAFA/UFRGS.

A seleção deste periódico se justifica em razão da pouca pesquisa existente sobre ele, quando comparado a outros periódicos produzidos pelos estudantes da UFRGS⁵,

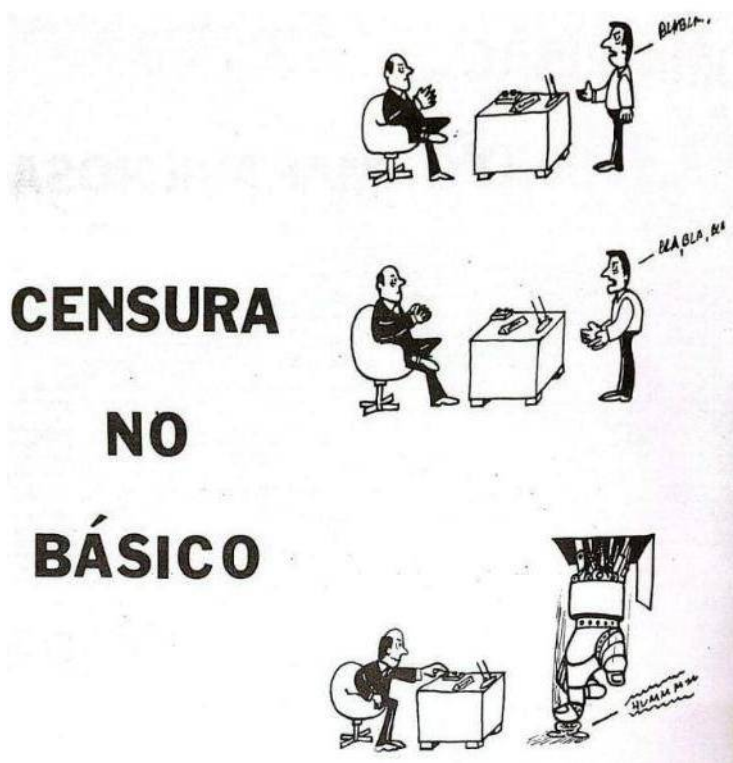
⁴ A aproximação com esse periódico surgiu inicialmente na disciplina **Projeto de Curadoria Expográfica (BIB03215)** do Curso de Bacharelado em Museologia/UFRGS, na qual foi concebido e desenvolvido um projeto curatorial sobre a resistência do movimento estudantil da UFRGS durante a ditadura civil-militar. Posteriormente, esse trabalho foi ampliado na disciplina **Práticas de Exposições Museológicas (BIB03217)**, resultando na publicação "O grito ecoa: Ditadura e movimento estudantil na UFRGS" (2024) disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277454?locale-attribute=pt_BR

⁵ Cabe destacar que no desenvolvimento da pesquisa identificamos produções acadêmicas sobre os periódicos: O Coruja, Jornal do DCE (Cunha, 2007) e Jornal do CEUE (Almeida; Bastos, 2021) e

evidenciando certo ineditismo. Diante disso, analisaremos alguns aspectos da construção visual e textual deste periódico, de modo a compreender determinadas ideias e reivindicações dentro do contexto social e político que estavam inseridos.

Produzido por e para os estudantes do Ciclo Básico da UFRGS – o qual correspondia ao primeiro semestre de cada curso – estava vinculado ao Diretório Central do Estudante (DCE) e recebeu seu título como alusão ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), programa de alfabetização de jovens e adultos criado durante a ditadura (Muller, 2010). O periódico apresenta uma composição gráfica de seis folhas A4, frente e verso, totalizando onze páginas. Sendo compostas por ilustrações, como charges, as pautas selecionadas estão diretamente articuladas com o contexto que pertenciam, contemplando temas relevantes para o futuro da educação superior e as relações dos estudantes universitários.

Em uma análise mais estrutural e narrativa, os ex-estudantes Rafael Guimaraes e Tarson Núñez, identificaram dois estilos opostos nos periódicos da UFRGS. Os



periódicos que possuíam uma linguagem e enquadramento mais “ortodoxa” eram produzidos por estudantes vinculados a partidos tradicionais da esquerda, enquanto os periódicos que utilizavam designs irreverentes, desordenados e de críticas pautadas no humor e na sátira eram produzidos por grupos emergentes (Castro, 2018), sendo este último, o caso do Jornal Mobral – Edição nº 1, Ano 2 (1973). Com

críticas ao processo de ensino da UFRGS, os estudantes produziram matérias que denunciavam a censura ocorrida nas salas de aula e nas publicações do Ciclo Básico (Figura 4 e 5).

Figura 4. Jornal Mobral - “Censura no Básico”

Acervo. DAFA/UFRGS.

algumas menções ao Jornal Mobral, contudo, nunca uma análise específica sobre este periódico e o grupo estudantil que o produziu.

Figura 5. Jornal Mobral - “Censura no Básico”

A censura no Básico não nasceu por si. Faz parte de um sistema completo de proibições e repressões que reina por aí, como todos já estamos cansados de saber (e de aguentar). Esta censura se manifesta clara ou veladamente. Exemplo disto é o "nosso" mural (no andar terreo). Qualquer coisa que se queira colocar no mural tem de passar pela censura interna e só é liberada com o carimbo do diretor. Até mesmo artigos retirados de jornais e revistas, os quais, obviamente, já foram censurados. E, para completar, tudo o que for publicado pelos representantes de aula também tem de receber a carimbada da direção, autorizando ou proibindo a manifestação dos colegas que, bem ou mal, são nossos representantes. Prova desta repressão é o jornalzinho que alguns dos nossos presidentes de aula tinham a boa intenção de criar aqui dentro: um jornal de alunos para alunos. A promessa de repressão foi tão convincente que acabaram desistindo. Mas é possível que outros aceitem a situação e se proponham a fazer um jornal cujo nome pode muito bem ser "A Voz do Diretor". Aliás, o primeiro comunicado que recebemos da nossa "Coordenação Discente" sobre o pagamento de R\$ 19,00 ilustra bem a situação. Consequência disto é a imensa falta de informação que existe aqui. Como exemplo, a maioria dos artigos e piadas que vemos no mural. Também durante as aulas a censura funciona: "Para que discussões e debates? Não podemos sair do texto!". Não foram poucas as vezes em que uma turma discutia um assunto importante, geralmente baseado em alguma frase ou ideia de um texto da aula, e foi interrompida e, praticamente, proibida de discutir, sob ameaça de ficar prejudicada na competição por ter se afastado do texto. Isto é um absurdo, pois debater um assunto é a melhor forma de entendê-lo. E o Básico não é bitolante só para nós, mas também para os professores. Mesmo um professor inteligente e criativo tem de ficar rexitrito aos textos; que geralmente apresentam uma visão incompleta e unilateral dos assuntos. É proibido a um professor do Básico criar as aulas que vai dar ou acrescentar qualquer coisa que facilite e melhore as aulas programadas. E existem alguns professores que se sujeitam a isto sorrindo: é que o status de professor do 1º Ciclo é importante para o seu curriculum vitae. Como vemos, a situação não é das melhores, mas apesar disto, conseguimos fazer o 4º número do "MOBREAL" independente de pressões, repressões e carimbos. Observação: Algumas turmas tiveram debates sobre temas interessantes suscitados por um texto de "Estudo do Homem". Foi a exceção a regra.

Acervo. DAFA/UFRGS.

Se utilizando de um tom narrativo irônico e acusatório, os estudantes relatavam suas experiências em sala de aula, destacando a falta de autonomia dos professores e a impossibilidade de realizar debates sobre os temas abordados, destacando que não era permitido ir além do texto selecionado para aquelas disciplinas. Para além dessa censura no ensino, havia um interesse do regime pelo controle de narrativas e circulação de ideias entre a comunidade estudantil, sendo assim, “qualquer coisa que se queira colocar no mural tem de passar pela censura interna e só é liberada com o carimbo do diretor [...]” (Censura no Básico, Mobral, 1973, p. 3).

Contudo, apesar da tentativa de frear e manipular o desenvolvimento intelectual dos estudantes eles seguiam resistindo aos mecanismos de controle do regime, afirmando que: “Como vemos, a situação não é das melhores, mas apesar disso, conseguimos fazer o 4º número do “MOBREAL” independente de pressões, repressões e carimbo” (Censura no Básico, Mobral, 1973, p. 1).

Para além de matérias como essas, os alunos traziam temas que retratassem a sua vivência e preocupações enquanto comunidade acadêmica e sociedade, como nas matérias “História de uma geração frustrada” e “Eu vou escolher a profissão certa?” onde os estudantes falavam diretamente com a sua comunidade, como forma de desabafo e apoio (Figura 6):

Figura 6. Jornal Mobral - “História de uma geração frustrada”

HISTORIA DE UMA GERAÇÃO FRUSTRADA

Acervo. DAFA/UFRGS.

388

Em “História de uma geração frustrada” os estudantes criticavam o sistema educacional que dificultava o acesso amplo da sociedade no ensino superior brasileiro, assim como, a possibilidade de não realizarem o curso escolhido, assim como, criticavam a qualidade desse ensino após adentrarem esse espaço. Na matéria “Eu vou escolher a profissão certa?” nota-se um tom mais reflexivo, que enfatizava a pressão social em torno dos jovens dessa nova geração para com a profissão que deveriam seguir. De forma a se aproximar do leitor, os estudantes compartilham diversos relatos dos companheiros de classe para desabafarem sobre seus medos e angústias. Assumindo deste modo, um papel para além de meio de comunicação, mas de espaço de acolhimento e pertencimento, gerando outras relações e proporcionando certa união na comunidade estudantil e acadêmica da UFRGS.

Na matéria “Tempo perdido” (Figura 7) os estudantes utilizavam uma linguagem mais agressiva e pejorativa que nas demais notas do periódico, trazendo adjetivos como “porcaria”, “xaropes” e “burrice” sobre o novo formato de ensino aplicado nas universidades após as reformas educacionais realizadas pela ditadura civil-militar. Nesse espaço também utilizavam de forma marcante as charges com temas relevantes à época para ironizar e criticar a situação.

Figura 7. Jornal Mobrol - "Tempo Perdido"

TEMPO PERDIDO

FALTOU ALGUÉM EM NÜRENBERG



Quase todos os das Universidades de hoje, saíram de um curso secundário decadente ou então fizeram os "famosos" supletivos - mas a verdade é que todos saíram de uma "porcaria" - e quando pensaram em uma Universidade, surgiu o Básico, diga-se de passagem uma outra "porcaria". O Básico tal - para quem acreditar ou não - mais um fruto podre, da reforma injusta que esta contaminando as universidades - e na UFRGS, como não poderia deixar de ser este frutinho já chegou trazendo muita dor de cabeça (e de barriga também) aos calouros que tem entrado nestes últimos anos. Menos da metade do pessoal que passou no vestibular tem sua vaga assegurada - e ali estão so para "encher o saco" e fazer numero. Os outros (se heróis ou infelizes, não sei) são os que, além de "encher o saco", vão "fundir a cucu" e se É certo que não só os alunos como também os professores são fartamente atingidos pela indigesta reforma em termos de Básico. E o que pensam, os professores? - Uma grande parte deles (os mais sensatos naturalmente) acredi-

tam que o clima de disputa de vagas, prejudica as aulas, isto é, a rigorosa orientação (bitolação) imposta aos professores elimina qualquer possibilidade de debates, apartes e explicações mais convincentes, o que permitiria um maior aproveitamento das aulas por parte dos alunos. Essa situação nos permite afirmar que a possibilidade de, se tornar infrequente e a única

coisa que prende grande numero de alunos em aula. Com esse regime de bitolação e esse clima de disputa - não vence o que sabe mais e sim aquele que tiver mais tempo (naturalmente porque não trabalha) e mais saco para ajuar aulas "xaropes", polígrafos exaustivos (alguns cheios de erros) e provas dominicais. É, para quem ainda não sabe, existe mais uma obrigação aos domingos, além da tradicional missa - as provas do Básico! E dessas provas, duas já foram - isto significa que muita gente já se despediu - sim pois quem por infelicidade trocou cartões chegou atrasado ou saiu-se mal, já pode ir pensando em um novo vestibular ou então vá se conformando com a vaga que lhe sobrar. Na certa teremos - como no ano passado - muita gente que queria medicina cair em regência. E aí está o desastre do Básico, porque errar é Humano, mas repetir o erro é burrice. O que se pode esperar dessa gente? Provavelmente teremos um frustrado regente "operando" sua orquestra'.





Outra nota relevante no periódico diz respeito à pesquisa realizada pelos próprios estudantes do Curso de Ciências Sociais, com o intuito de analisar o Vestibular do Unificado e o Ciclo Básico em cursos majoritariamente de Ciências Humanas. Intitulada de “Egressos dos Básicos- Pesquisa”, a pesquisa revelou um esvaziamento da área humanística, onde:

49,5% consideraram que o unificado prejudica os que visam o ingresso na área humana, técnico-biológica ou ambas. Sendo assim distribuídos:

1. 35,5% - prejuízo das áreas humanas.
2. 7% - prejuízo das técnico-biológicas.
3. 7% - prejuízo de ambas (Egressos dos Básicos- Pesquisa, Mobral, 1973, p. 9).

A pesquisa evidenciou o desmantelamento das Ciências Humanas em busca da reestruturação da universidade em um modelo “moderno” e “eficiente”, que seguia o acordo MEC-USAID, transformando o ensino universitário em um modelo tecnicista. Cabe destacar, que tal pesquisa teve como intenção salientar e denunciar a realidade estudantil da época apesar do processo repressivo que enfrentavam.

Para além das funções de denúncia e acolhimento, o periódico também servia como um espaço de mobilização estudantil, onde destacava-se a divulgação de significativos eventos acadêmicos, como o Encontro Estadual de DCEs e Diretórios Acadêmicos (Figura 8). Trazendo uma linguagem informativa, o periódico buscava divulgar e incentivar a adesão dos demais estudantes na luta por melhores condições de ensino através da organização política dos estudantes universitários do Rio Grande do Sul, de forma a unir a comunidade estudantil gaúcha da época.

Figura 8. Jornal Mobral - “Encontro Estadual de DCEs e DAs”



Acervo. DAFA/UFRGS.

Cabe destacar que apesar da coragem estudantil, alguns cuidados deveriam ser tomados durante o processo de escrita dos periódicos, como, por exemplo, manter o anonimato por trás das matérias produzidas pelos estudantes, dado que a crítica ao sistema educacional se enquadrava como “ato subversivo” de acordo com o Decreto-Lei 477/69, correndo risco de afastamento e até de expulsão da universidade. A partir desta análise do periódico Mobral é possível compreender um pouco mais sobre os processos sociais e políticos que infligiram e atravessaram a comunidade estudantil daquele período, de modo a proporcionar reflexões críticas sobre diversas mudanças no ensino superior brasileiro e o impacto desse processo para a educação.



Considerações finais

Investigar a história da ditadura civil-militar no Brasil exige uma série de movimentos por parte dos pesquisadores que se dedicam a comprometer-se com essa temática. Dentre os principais desafios, podemos afirmar que um dos mais complexos seja o de encontrar acervos do período que estejam sistematizados, organizados, adequadamente tratados e acessíveis para a pesquisa. Quando falamos da história do movimento estudantil, essa expectativa se reduz drasticamente. Estamos adentrando um universo que ainda carece de reconhecimento como documentação histórica e que, quando existem, estão dispersos e/ou sofrendo com diferentes agentes de deterioração. No entanto, mesmo com tantas dificuldades, ainda é possível identificar e encontrar significativos vestígios dessa presença estudantil durante um dos períodos mais sombrios e lamentáveis da história do nosso país.

Ao nos debruçarmos sobre os periódicos estudantis dessa época fica evidente sua relevância para conhecer e compreender dinâmicas sociais e educacionais próprias do meio universitário. Por meio desses documentos históricos é possível analisar diferentes trajetórias, testemunhos e relações do período em que foram produzidos. Nessa perspectiva, os periódicos produzidos pelos estudantes da UFRGS, no período analisado, demonstram de que forma o ensino superior brasileiro foi impactado por um regime ditatorial que perseguiu, censurou e atentou contra a liberdade e os direitos humanos. Por meio da imprensa estudantil são denunciadas ações de autoritarismo dentro da universidade e diversas modificações na sua estrutura universitária.

O Jornal Mobral é um exemplo desse movimento. Em seus discursos fica evidente a insatisfação estudantil frente ao processo de dismantelamento das Ciências Humanas e Sociais na UFRGS, ao mesmo tempo em que se revelam os meios de organização e atuação do movimento estudantil em diálogo com o contexto social e político da época. Sua análise oferece um recorte particular da vivência universitária da época, centrado nos estudantes do Ciclo Básico da UFRGS e em suas demandas específicas como corpo discente ingressante no contexto de uma das maiores universidades do Brasil. No entanto, é significativo observar que se tratam de perspectivas específicas dentro de um contexto macro, e para alcançar uma visão mais abrangente sobre as diversas reivindicações universitárias no período, é indispensável ampliar a investigação para outros periódicos, vinculados a diferentes cursos e diretórios.

Essa ampliação de perspectivas permite compreender que tais impressos, em sua diversidade, não apenas registram experiências específicas, mas também adquirem uma função mais profunda no campo da memória. Ao serem compreendidos como documentos indispensáveis para a compreensão da história — tanto brasileira quanto universitária —, esses periódicos assumem a condição de objetos-testemunho (Guarnieri, 1984), relevantes tanto para a Museologia quanto para a História da Educação. Ao carregarem um valor patrimonial e documental, ao testemunharem práticas culturais, formas de resistência e processos de sociabilidades, constituem-se também, como fontes primárias para a análise dos contextos acadêmicos e políticos vivenciados na UFRGS. Sua relevância, enquanto objeto-testemunho, está justamente



no fato de serem documentos atravessados por uma cultura estudantil criada em meio a um regime severo. Assim, ao registrar essas experiências, esses impressos preservam fragmentos significativos não apenas da história do ensino superior, mas também da memória coletiva brasileira.

Nesse processo de preservação da memória, a Comissão da Memória e da Verdade Enrique Serra Padrós — instituída em 10 de dezembro de 2024 na UFRGS — desempenha um papel central (G1 RS, 2024). Ao reunir, organizar e disponibilizar registros relativos às violências e violações de direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1988, a Comissão reafirma o compromisso da universidade com a salvaguarda da memória e com o reconhecimento das experiências silenciadas pela repressão. Ela atua de forma complementar à análise de periódicos estudantis, oferecendo um espaço institucional para que essas histórias sejam preservadas, analisadas e reinterpretadas, fortalecendo o entendimento histórico do período.

De maneira mais ampla, as Comissões da Verdade configuram-se como instrumentos essenciais na luta pelo direito à memória. Ao confrontarem as narrativas oficiais construídas durante o regime ditatorial, possibilitam ações de reparação histórica para com as pessoas que se tornaram alvo da violência do Estado. No Brasil, esses espaços oferecem apoio para políticas de reparação e para o fortalecimento de uma cultura de direitos humanos (Ramos *et al*, 2024). Nesse sentido, a Comissão da Verdade na UFRGS almeja atuar como um importante movimento de enfrentamento ao esquecimento, reforçando a importância da memória no processo de reconstrução de uma história, principalmente frente a acontecimentos recentes como a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 e as discussões sobre uma nova anistia política no país em 2025, evidenciando que o desafio de preservar a democracia e a memória não pertencem apenas ao passado. Diante disso, preservar e publicizar a produção dos movimentos estudantis com destaque para a imprensa estudantil se faz fundamental para a compreensão da história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), afinal trata-se de uma documentação singular para a história da educação brasileira e contempla significativos testemunhos do seu tempo.

Referências

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Por uma universidade pública e livre: olhares para a imprensa estudantil universitária (UFRGS – 1981-1982)**. Revista Vis, v. 20, n. 1, jul. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/232979>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARÃES, Rafael. **Abaixo a repressão! Movimento estudantil e as liberdades democráticas**. Porto Alegre: Libretos, 2008.

CASTRO, Gabriela Mathias de. **O movimento estudantil da UFRGS (Porto Alegre/Brasil) em tempos de ditadura civil-militar: no rastro das memórias orais e dos escritos estudantis**. Globalizing the student rebellion in the long '68, 2018.



CASTRO, Michele Doris; SILVEIRA, Etienne Borges da; TRINDADE, Héglio Henrique Casses. **Centro de Estudantes de Ciências Sociais: uma experiência de engajamento estudantil na UFRGS (1983–2007)**. Porto Alegre, 2023.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. Apresentação. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 30.

CERUTTI, Marcos Fontana. **Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, São Leopoldo, 2010.

CHANA, Ânia. **Professores da UFRGS recordam as duras lições dos expurgos de 1964 e 1968**. Jornal da Universidade. Porto Alegre, 2008

CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos Escolares no Tempo Presente. Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 18, n.47, p.293-296, set./dez. 2015.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX)**. In: BENCONSTA, Marcus Levy Albino (org.). Culturas escolares, saberes e práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2007.

CUNHA, Janaína Dias. **Contestação e contra-hegemonia: publicações estudantis durante a ditadura**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. **Symposium Collecting Today for Tomorrow – Collector Aujourd’hui Pour Demain**. 1984, Leiden. Proceedings. Leiden: ICOFOM, 1984. p. 51-59. (ICOFOM Study Series, 6).

G1 RS. **UFRGS institui comissão para registrar violações aos direitos humanos durante a ditadura**. G1 Rio Grande do Sul, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/12/10/ufrgs-institui-comissao-para-registrar-violacoes-aos-direitos-humanos-durante-a-ditadura.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MANSAN, Jaime Valim. **A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964)**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUCRS, v. 38, n. 1, p. 100–118, jan./jun. 2012.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)**. Porto Alegre: PUCRS, Porto Alegre: PUCRS. 2009.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010.

RAMOS, Adelaide Donini; et al. **O grito ecoa: ditadura e movimento estudantil na UFRGS**. Porto Alegre: Lume UFRGS, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/277454>. Acesso em: 15 jun. 2025.





Impressos

BOLETIM DO DCE. Porto Alegre, edição de 1982. Arquivo Institucional da Faculdade de Educação/UFRGS.

CENTRO ACADÊMICO FRANKLIN DELANO ROOSEVELT. O coruja. Porto Alegre, edição de março 1967. Museu da UFRGS, acervo CEUE.

JORNAL ARQUITETURA E CRÍTICA. Porto Alegre, edição n.º2, 1978-1979. Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS (DAFA).

JORNAL DO CUE. Porto Alegre, edição de 1982. Arquivo Institucional da Faculdade de Educação/UFRGS.

JORNAL DO DCE. Porto Alegre, edição de fevereiro e março de 1980. Museu da UFRGS.

JORNAL MOBRAL. Porto Alegre, edição n.º1, ano 2, 1973. Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS (DAFA).

O GRAMPO. Porto Alegre, edição n.º1, s.d. Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS (DAFA).

O GRUDE. Porto Alegre, edição de 1982. Arquivo Institucional da Faculdade de Educação/UFRGS.

OLHAI OS (DE)LÍRIOS DO CAMPUS. Porto Alegre, edição de 1981. Arquivo Institucional da Faculdade de Educação/UFRGS.

UNIVERSITÁRIO. Porto Alegre, edição de novembro de 1972-1973. Museu da UFRGS.